

Nomeado primeiro Ministro da Educação do país em 1930, Francisco Campos encetou um esforço de reforma educativa intensiva que culminou com a garantia, na Constituição de 1934, da escolaridade universal. Além disto, a Constituição de 1834 era a primeira a considerar especificamente o problema da expansão da educação, através de medidas políticas e do financiamento governamental: "representando um avanço em relação a anteriores constituições, estabelecia um organograma de um sistema educativo organizado segundo linhas-mestras definidas pela União, pretendia democratizar a educação e criava os meios através dos quais se implementavam estas medidas." Fazia-o através da garantia de recursos financeiros para a educação que obrigavam o governo federal e os municípios a consagrar-lhe 10% do dinheiro dos impostos e o Estado e distritos federais nunca menos de 20%.²⁰

Com o advento do regime político do *Estado Novo* (1937-1945) do populista Getúlio Vargas, perderam-se muitos dos avanços feitos pelos *escolanovistas*. A Constituição de 1937 — embora em grande medida delineada por Francisco Campos, que antes, como Secretário do Interior de Minas Gerais, defendera energicamente os princípios dos *escolanovistas* — instituiu como primordial a liberdade da iniciativa privada na área da educação.²¹ Ia mais longe, ao reservar a escola secundária para elites, considerando a educação profissionalizante ou profissional suficiente para os grupos socio-económicos mais baixos. Como salienta Helenir, "com tais medidas a Constituição de 1937 [...] conseguiu reforçar o [espírito] antidemocrático e o dualismo característico da educação brasileira."²²

Como consequência disto, apesar do fundamento legal para uma sistema de educação pública, estabelecido pelas Constituições brasileiras de 1934 e 1937, criou-se uma divisão entre o público e o privado, relegando a maioria da população para um acesso limitado à educação no sistema público no nível elementar e reservando o direito a uma educação de qualidade e maior extensão a uma pequena elite que podia pagar escolas privadas e garantir, assim, acesso às prestigiadas instituições públicas de ensino superior. Portanto, para além do começo tardio, os defensores do ensino público brasileiro, tiveram de enfrentar constantemente os poderosos interesses por trás do ensino privado, nomeadamente a Igreja e as classes média e alta, que beneficiam de constantes subsídios estatais para o ensino privado e superior. A oposição conservadora tem defendido energicamente dois princípios: (a) que seja ministrado ensino religioso nas escolas públicas e (b) que os direitos inerentes aos pais de escolherem o tipo de educação que os filhos recebem se traduza na obrigação de o Estado subsidiar o ensino privado e confessional. Em oposi-

ção a esta posição conservadora, os defensores liberais e de esquerda do ensino público têm conduzido uma luta dura e tenaz contra as opiniões das elites entrincheiradas na função do ensino público e nas obrigações do Estado em corresponder às exigências educativas da maioria da população. Nos últimos anos o Partido dos Trabalhadores tem encabeçado esta luta pelo acesso das classes populares a um ensino de qualidade.

Política e educação na América Latina: Paulo Freire e a educação popular

Na verdade, só os oprimidos são capazes de conceber um futuro radicalmente distinto do seu presente, na medida em que atinjam a consciência de classe dominada. Os opressores, como classe dominante, não conseguem conceber o futuro, a menos que seja a preservação do seu presente como opressores. Deste modo, enquanto o futuro dos oprimidos consiste na transformação revolucionária da sociedade, sem a qual não se verificará a sua libertação, o futuro do opressor consiste na simples modernização da sociedade, que lhe permite a continuação da supremacia da sua classe.²³

Na América Latina, os modelos de educação popular derivam da original pedagogia do oprimido de Freire, desenvolvida na década de 60, e estão relacionados com a tradição de educar a classe operária em Espanha no século XIX, que evoluiu até à Guerra Civil (1936-1939) e, mais tarde, continuou na América Latina, caracterizada pelo projecto liberal de instrução pública. A educação popular e a educação pública (educação gratuita, obrigatória e secular) foram, em certa altura, sinónimos, e as experiências de Freire dos anos 60 serviram para desconstruir e recriar o significado da experiência da educação pública ou educação para todos.

Durante este mesmo período, a imaginação dos educadores brasileiros despertou no meio de uma vaga generalizada de fervor revolucionário que varreu o continente. Crucial nesta época radical foi o Concílio Vaticano II, que formalmente abriu a Igreja Católica a uma agenda social progressista, consagrada na teologia da libertação e na sua correspondente secular, a educação popular. No Brasil desenvolveu-se o Movimento para a Cultura Popular (MCP) — no qual Paulo Freire se destaca como o grande visionário. Como outras experiências educativas populares contra-hegemónicas, que surgiram por toda a América Latina na época, o MCP procurava agitar a consciência crítica das massas brasileiras — descendentes dos povos indígenas, escravos africanos e espoliados europeus — libertando-as das grilhetas de uma opressão de séculos através de uma *praxis* educativa trans-

formadora. Daí que o movimento para a educação popular do início dos anos 60 tenha surgido como parte de um imperativo político-pedagógico não só de alfabetizar os que tinham ficado de fora da escola, empurrados para as favelas dos centros urbanos, que cresceram no país, ou para o isolamento de uma vida de miséria no campo, mas também de os equipar com o conhecimento capaz de alterar a realidade repressiva.

A educação popular na perspectiva de Freire surgiu a partir de uma análise social das condições de vida dos pobres e dos seus enormes problemas, tais como o desemprego, a desnutrição ou a falta de saúde, e procurava envolver os pobres na consciencialização individual e colectiva dessas condições. Há aspectos fundamentais neste modelo educativo teórico e prático. As práticas pedagógicas baseavam-se em anteriores experiências colectivas e individuais, consideradas conhecimento prévio, e realçavam o trabalho em grupo de preferência a abordagens individualistas. A noção de educação transmitida por estes projectos está relacionada com as competências e capacidades concretas que tentam transmitir aos pobres (i.e. literacia ou numeracia), e procuram individualmente criar nos participantes orgulho, sentido de dignidade, autoconfiança e autonomia. Finalmente estes projectos podem ser de iniciativa governamental, como na Colômbia e na República Dominicana, relacionados com o desenvolvimento rural integrado, ou, como na Nicarágua, com o colectivo da educação popular. E podem destinar-se a adultos e a crianças.²⁴

Portanto, o objectivo é a conscientização: o conhecimento surge como instrumento de luta. Proceder ao *empowerment** das comunidades locais torna-se uma preocupação fulcral da educação popular, pelo que uma estratégia-chave de actuação consiste em expandir as ligações entre os movimentos sociais e as novas formas de governação estatal. Dada a experiência dos sistemas de instrução pública nos anos 80 e 90, os modelos de educação popular têm vindo a lutar energeticamente para defender e alargar a educação pública, preservando, ao mesmo tempo, a qualidade do ensino proporcionado em tempos neoliberais.

A experiência do município de São Paulo com Paulo Freire como Secretário de Educação ilustra o facto de a educação popular poder desenvolver-se com uma orientação socialista.²⁵

* Opta-se por manter o termo original em inglês, por ausência de termo correspondente em português aceite pela comunidade científica. *Empowerment* pode ser entendido como um processo visando "dar poder a" (N. de A.T.).

Freire, o PT e a reforma educativa em São Paulo

Em outubro de 1992, no órgão oficial do governo municipal, *Diário Oficial do Município de São Paulo*, a Prefeita Luiza Erundina de Sousa, o antigo Secretário de Educação, Paulo Freire (1989-1991), e o sucessor de Freire, Mario Sergio Cortella (1991-1992), assinaram uma carta dirigida "àqueles que conosco constróem um ensino público de qualidade para São Paulo." Nesta carta fazem lembrar aos educadores da cidade uma das afirmações iniciais proferidas pelo Secretário Freire, em fevereiro de 1989, quando o PT começou a dirigir a Secretaria Municipal de Educação:

Não devemos chamar as pessoas à escola para receberem instruções, ordens, receitas, ameaças, reprimendas e castigos, mas para, em conjunto, participarem na construção dum conhecimento, que vai para além do conhecimento puramente empírico, e que tem em conta as suas necessidades e o torna num instrumento de luta, possibilitando a sua transformação em protagonistas da sua própria história. A participação popular na criação de cultura e educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e conhece as necessidades e interesses da sociedade. A escola deve ser igualmente um centro de irradiação de cultura popular, ao serviço da comunidade, não para a consumir mas para a criar.²⁶

A mesma carta continua dando conta das frustrações e êxitos do projecto de reforma educativa do PT na cidade nos quatro anos do seu mandato, citando a construção de 65 novas escolas, a renovação de 178 do total de 691 escolas municipais e a extensão da educação pre-escolar a mais 145.000 crianças, bem como cursos de alfabetização a 312.000 adultos e jovens. Na carta, Erundina, Freire e Cortella apontam também um dos maiores méritos da administração PT: a criação de uma nova legislação municipal, *Estatuto do Magistério*, que protege os salários dos professores e promove o valor dos docentes como profissionais. Os autores da carta apontam, finalmente, os esforços feitos no sentido de facilitar a autonomia das escolas através da planificação e administração participadas. Afirmam que é através deste processo de crescente autonomia para as escolas locais que a planificação da educação na cidade "deixará de ser domínio exclusivo de técnicos e especialistas, tornando cada vez mais explícitas as prioridades e as necessidades, as dificuldades e os interesses dos vários grupos sociais, e as limitações do governo municipal como esfera de poder, [tornando, assim, a autonomia das escolas] um excelente instrumento para a construção e afirmação da cidadania.²⁷

Mas a Prefeita, o antigo Secretário de Educação e o seu sucessor concluíam afirmando que, embora tenham “a certeza de que este processo não foi isento de erros, [pensam que tais erros] não podem ser considerados isolados porque se situam dentro da estrutura de uma política que procura valorizar o ensino público.”

O papel de Freire como protagonista na trajetória duma abordagem crítica da educação popular tem implicações significativas para a reforma educativa levada a cabo pelo Partido dos Trabalhadores, sob orientação sua enquanto Secretário de Educação do município de São Paulo. O ideal de uma Escola Pública Popular, surgido três décadas após o aparecimento no Brasil do movimento de educação popular, está ligado historicamente e teoricamente ao aparecimento de Freire na cena educativa no final dos anos 50 [esta relação será explorada mais detalhadamente no Capítulo III]. Neste sentido, a análise feita neste livro localiza o desenvolvimento do pensamento pedagógico progressista e a política de educação de esquerda no Brasil, em ambos os quais participou Paulo Freire, a título individual, e o PT, como partido político, tendo cada um deles contribuído, de modos diferentes, para as características específicas do projecto de reforma educativa levada a cabo nas escolas municipais de São Paulo durante os quatro anos de administração do PT.

As duas principais iniciativas que se desenvolveram a partir desta experiência de reforma, o Projecto Interdisciplinar e o MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), representam, sob certos aspectos, uma combinação única de elementos trazidos dos movimentos de educação popular, que tinham florescido em décadas anteriores, e de uma política social-democrata amadurecida ao longo de uma década pelo Partido dos Trabalhadores. Assim, constituem um casamento entre a pedagogia crítica colectiva e o trabalho político orientado para a construção de uma nova consciência colectiva para uma nova sociedade democrática. Desta forma, muitos dos educadores que se encontraram nos vários níveis desta reforma, dos planificadores na Secretaria aos professores nas escolas, pareciam motivados por forças maiores do que a mera orientação burocrática de pôr em prática um plano de acção educativa. Estes eram indivíduos que tinham participado na realização de um momento histórico de transição da ditadura para a democracia. Em muitos aspectos, a sua proposta de reformas radicais parecia muito mais parte de um processo contínuo e integrado da prática pedagógica e da luta política, com raízes que vinham de trás, da luta de muitas décadas contra as forças oligárquicas na sociedade brasileira, e se projectavam na luta por um futuro de luta por uma vida democrática no país.

O próprio PT é composto por um largo espectro da esquerda política do Brasil. Torna-se necessário conhecer a formação histórica do partido, a sua base popular e a sua liderança intelectual, os ideais socialistas que tem vindo a promover desde que apareceu na cena política brasileira, de forma a compreender plenamente tanto a intenção como o resultado da experiência de São Paulo na reforma educativa promovida pelo Partido dos Trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores, ou PT, surgiu pela primeira vez na cena política brasileira nos finais da década de 70, assinalando a organização de significativas forças de oposição ao regime militar brasileiro que tinha tomado o poder com o golpe de estado de 1964. O regime burocrático autoritário sucumbiria finalmente perante este movimento pela democratização, no qual o PT desempenhou um papel fulcral, dando origem às primeiras eleições presidenciais (indirectas) em 1985. Uma coligação diversificada de sindicalistas e trabalhadores, intelectuais e activistas comunitários de esquerda juntou-se para debater a formação do partido em janeiro de 1979, e, no 1º de Maio desse ano, publicou uma não oficial “Carta de Princípios do PT”, que incluía, na sua plataforma política inicial, a “democratização da educação, com ensino público gratuito para todos, e uma garantia de acesso de toda a população a todos os graus de ensino.”²⁸ O partido foi oficialmente fundado a 10 de fevereiro de 1980, com o lançamento do *Manifesto*, que reitera o empenhamento do partido no ensino público em todos os níveis e, no capítulo *Plano de Acção* do manifesto, acrescenta que essa educação deveria ser “orientada para as necessidades dos trabalhadores”²⁹. De acordo com Gadotti e Pereira, “deste modo, nasceu no Brasil, a partir da base, o primeiro partido de massas, por vontade expressa dos trabalhadores. [Foi] o primeiro partido na nossa história política a emergir das bases”³⁰.

Mais de uma década e meia após a sua criação, o PT declara ter 700.000 membros, 120.000 militantes, 2.304 secções municipais, 53 governos municipais (quatro deles representando capitais de estados: Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e Rio Branco), 77 representantes estaduais, um senador (Eduardo Suplicy, que se apresentou como candidato a Prefeito nas eleições municipais de 1992 em São Paulo, que o PT perdeu para Paulo Maluf, da ala direita do partido conservador, Partido Democrático Social, PDS), 36 deputados federais e 1400 representantes locais no governo municipal (i.e., vereadores).³¹ Hoje o PT é composto por cinco tendências principais: *Opção Esquerda* (a ala social-democrata do partido, constituindo 32% dos seus membros, incluindo o presidente, Rui Falcão); *Unidade e Luta* (30% dos membros, que representam as posi-

ções socialistas de Lula); *Na Luta PT* (a ala mais radical, trotskista, do partido, composta por 22% dos membros activos); *Democracia Radical* (representando 10% do partido e uma facção moderada); *Independentes* (5% dos membros que se mantêm não-alinhados com qualquer tendência em especial, e.g., o Senador Eduardo Suplicy).³²

O que distingue o PT entre os vários partidos políticos que têm surgido nas últimas duas décadas dos anos pós-militares é a sua força. O PT é uma organização ímpar na política brasileira. Tem militantes, reuniões regulares e uma estrutura em permanente funcionamento, que opera ao nível local, regional e nacional. Tem cerca de 600.000 militantes, distribuídos por 2.304 directorias regionais, como são conhecidas as suas secções locais. A maioria dos outros partidos não têm qualquer estrutura significativa, poucos militantes, e funcionam apenas em tempo de eleições. Para os seus militantes, o PT é mais do que um simples partido; é uma forma de vida, um ponto de encontro, uma cultura, o PT é o 'partido da festa', como reconhecem muitos activistas.³³

Em termos de orientação ideológica do partido, os seus dirigentes rejeitam enfaticamente a ideia que o socialismo foi vencido, defendendo a reconstrução de uma nova visão socialista, afastada do 'socialismo científico' que sustentava os regimes burocráticos autoritários, que recentemente sucumbiram na Europa de Leste e na União Soviética. É um partido que consente um elevado pluralismo filosófico e ideológico entre os diversos membros, constituídos por trabalhadores de todas as categorias (industriais, agrícolas, urbanos, rurais e por conta própria, bem como profissionais de serviços, como bancários e professores), juntamente com pequenos proprietários e outros sectores da classe média a que se juntam vários intelectuais marxistas (do experiente professor universitário ao estudante activista), organizações de trabalhadores e diversos movimentos sociais. Assim sendo, o seu principal projecto consiste não em desmantelar o estado burguês capitalista, mas em construir um "Governo Democrático Popular", capaz de procurar encontrar alternativas viáveis à situação social capitalista existente e aos modelos defuntos de socialismo antidemocrático.³⁴ Reflectindo o espírito não-dogmático existente no partido, afirma um militante:

O PT deve ser um partido laico, aberto a todas as perspectivas do mundo, para que possam verificar-se e reciprocamente reproduzir-se umas às outras, num abrangente processo de reconstrução da utopia socialista. Eu sou marxista mas quero ter não-marxistas ao meu lado. Talvez porque, como diria Norberto Bobbio, para se ser um bom marxista é necessário não ser só marxista.³⁵

Com efeito, o partido não só envolve indivíduos e grupos de várias tendências marxistas, mas tem também acolhido militantes e movimentos de base que defendem outras ideologias, ou que não se sentem necessariamente identificados com uma determinada filosofia política, mas antes com posições viradas para o futuro, com respeito a um qualquer problema específico da realidade brasileira contemporânea (por ex., movimentos de alfabetização, direitos dos moradores, saúde pública, ecologia, feminismo e problemas rácicos). Desta forma o PT afirma "lutar pelo direito de os trabalhadores e os pobres a fazerem, eles próprios, ouvir as suas vozes". Um conceito tão alargado da noção marxista de luta de classes levou necessariamente ao desenvolvimento de um conceito renovado de cidadania e democracia no Brasil.

Margaret E. Keck, autora de *The Workers' Party and Democratization in Brazil* (1992),* chama a atenção para o papel crucial do PT na redefinição de parâmetros de participação política e o seu contributo para a revitalização da democracia no Brasil:

Desde 1980 o Partido dos Trabalhadores trouxe para a política centenas de novos actores. Criou novos círculos eleitorais que esperam dos seus representantes políticos responsabilidade e empenhamento. E tem vindo a insistir no facto de que a capacidade de intervir politicamente não depende do estatuto social ou de aprendizagem especializada, mas da experiência da vida de todos os dias. O PT teve um impacto considerável nas novas gerações. Os seus apoiantes mais empenhados encontram-se entre os jovens, e o partido pode ter um papel crucial na socialização da juventude no sentido de lhes dar uma nova visão do que é a política.³⁶

A educação é, portanto, considerada uma ferramenta poderosa e necessária para o desenvolvimento de uma cidadania criticamente consciente e activa na construção de uma sociedade socialista e democrática. Em consequência, a luta por um ensino público de qualidade representa uma das frentes em torno da qual os grupos populares filiados no PT se galvanizaram, e constitui uma importante área de esforço político entre os municípios que o PT tem governado nos últimos anos.

Como indicação da evolução do partido das suas origens no movimento laboral de São Paulo até se tornar um partido cada vez mais institucionalizado e abrangente, com uma larga base de apoio nacional, é importante notar o papel que o PT desempenhou nas duas primeira elei-

* *O Partido dos Trabalhadores e a Democratização no Brasil* (N. T.).

ções presidenciais do Brasil desde a queda da ditadura militar. De facto, o PT alargou a sua base nacional de apoio como consequência da sua liderança durante a campanha para as *Directas Já*, de 1983, que exigia eleições presidenciais directas. O líder carismático do PT, originário da classe trabalhadora, Luís Inácio "Lula" da Silva, ascendeu a uma posição de liderança nos primeiros dias dos esforços do partido na organização dos trabalhadores metalúrgicos da cintura industrial de São Paulo. O dirigente sindical politicamente experiente concorreu às presidenciais de 1989 e 1994. Perdeu por uma pequena margem, no primeiro caso, para Fernando Collor de Melo, o filho pródigo — e, como veio a revelar-se mais tarde, profundamente desonesto — de uma família poderosa do estado nordestino de Alagoas. A elite conservadora brasileira entrou em pânico ante a perspectiva de um presidente socialista e financiou em grande escala a campanha eleitoral de Collor. A poderosa rede televisiva brasileira Globo lançou uma campanha feroz de descrédito da pessoa de Lula, que, em última análise, resultou no triunfo de Collor com 49% dos votos, contra 43% de Lula. Quatro anos mais tarde, apesar de seis meses antes das eleições de outubro de 1994 apresentar nas sondagens uma vantagem de 22 pontos sobre Fernando Henrique Cardoso, o eminente sociólogo do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), Lula acabou por ficar apenas com 27% dos votos, perdendo para Cardoso por 27 pontos percentuais.³⁷

Apesar destas duas derrotas nacionais, o PT alcançou múltiplas vitórias em eleições locais e estaduais. Em 1988 a vitória eleitoral mais significativa surgiu com a presidência da Câmara Municipal* da cidade de São Paulo,³⁸ o município maior e economicamente mais poderoso do país, com uma população de mais de nove milhões de habitantes (9.626.894, de acordo com o censo de 1991) e um orçamento municipal de cerca de quatro biliões para o ano fiscal de 1991.³⁹ O governo municipal do PT, chefiado pela Prefeita Luiza Erundina de Sousa — uma mulher da terra de Freire do empobrecido Nordeste, de onde é originária a maioria da classe trabalhadora migrante de São Paulo — teve um impacto profundo na realidade educativa desta cidade enorme. Dado o seu prestígio e os laços estreitos que o ligavam ao PT, Paulo Freire foi a escolha lógica para a Secretaria Municipal de Educação. Inicialmente sob a orientação de Freire, e durante os quatros anos da sua administração (1989-1992),⁴⁰ os esforços educativos do PT orientavam-se por três princípios: partici-

pação, descentralização e autonomia.⁴¹ Estes princípios iam ao encontro do objectivo do partido de construir uma Escola Pública Popular. O Secretariado do PT definia a Escola Pública Popular desta forma:

Não só todos terão acesso a ela, como todos participarão na sua construção, [é uma escola] que realmente corresponde ao interesse do povo, que é a maioria; é, portanto uma escola de uma *nova qualidade*, baseada no empenhamento e solidariedade, na criação de uma consciência de classe. Dentro dela todos os agentes, e não só os professores, têm um papel activo e dinâmico, experimentando novas formas de aprender, participar, ensinar, trabalhar, brincar e festejar.⁴²

Para iniciar a tarefa árdua de concretizar esta visão inovadora da escola pública, logo no início, a administração de Freire definiu quatro áreas de acção.

1. A criação de propostas concretas para a **melhoria da qualidade da educação** oferecida nas escolas municipais, através de várias mudanças programáticas e curriculares. Estas incluíam a reorganização dos níveis de ensino em três ciclos e a introdução de novos métodos de avaliação, a avaliação contínua e a pesquisa para assegurar o aperfeiçoamento técnico, a garantia de formação profissional contínua, uma remuneração justa para professores e o estabelecimento do Movimento para a Reorientação do Currículo com a implementação do Projecto Interdisciplinar, bem como vários outros programas.
2. O avanço do processo de **democratização da gestão das escolas municipais**, através de uma maior participação e controle social do sistema por meio da criação de canais de comunicação e métodos participados de tomada de decisões, como é patente no esforço sistemático de tornar autênticos os preexistentes Conselhos de Escola (órgãos deliberativos de representação).
3. A promoção de um **movimento de alfabetização de jovens e adultos** (MOVA), através de apoio técnico e financeiro aos movimentos sociais existentes que trabalhavam na alfabetização de adultos por toda a cidade.⁴³
4. A **democratização do acesso**, através da construção de novas escolas e renovação e expansão das estruturas existentes, bem como o estabelecimento das infra-estruturas necessárias para um desempenho adequado por parte dos alunos.

* Designação correspondente a Prefeito no ordenamento político brasileiro (N. da R.).

Com estes propósitos de política educativa, o PT defende que a sua administração municipal pretendia romper com a tradição de uma política de campanhas grandiosas, experiências pedagógicas isoladas ou soluções feitas para os complexos problemas da escola pública. A sua abordagem da política educativa era multifacetada — como os números anteriores comprovam — e “acima de tudo [salientava a Secretaria Estadual, era uma abordagem que implicava] uma predisposição constante para fazer face à resistência política, que não [era] pequena, por parte dos conservadores.”⁴⁴

A formação de professores constituiu uma área da maior preocupação para a administração do PT, tanto mais que a Secretaria considerava os professores como os principais agentes para a concretização das suas propostas de profunda mudança institucional e de mudança do currículo das escolas. Assim, a administração criou grupos de formação de professores como método-chave de apoio ao seu desenvolvimento e transformação. A natureza específica da incidência sobre a formação de professores por parte desta administração pode ser apresentada do seguinte modo:

Neste caso não se tratava, ao contrário de qualquer moda ou experiência educativas, de dar formação a professores através de um novo método revolucionário, mas antes de um esforço de trabalho paciente no sentido da reflexão constante sobre as suas práticas, a descoberta de abordagens alternativas através das trocas de experiências, o recurso à ajuda de sofisticados teóricos de educação, a fim de, gradualmente, elevar o nível de conhecimento dos professores, promover o trabalho em conjunto como a forma privilegiada de formação e estabelecer as condições materiais para que tudo isto aconteça. Deste modo as inovações pedagógicas são apropriadas, as alterações curriculares frutuosas porque os principais agentes [destas mudanças], os professores, não são tratados como objectos de formação, mas como elementos que produzem e recriam conhecimento.⁴⁵

Em suma, as políticas educativas emanadas da administração Freire da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME) corporizavam não só as premissas pedagógicas inovadoras da própria filosofia de Freire, incluindo a experiência de educação popular na América Latina, mas também os princípios socialistas da plataforma do Partido dos Trabalhadores que, desde a sua criação, defendeu uma educação pública, no interesse dos sectores da classe trabalhadora que constitui a maioria da clientela da escola pública. Dadas as origens do partido nos sindicatos e nos movimentos populares de base que floresceram nos anos 70, em opo-

sição a um regime militar brutalmente repressivo, não surpreende que a sua visão da educação incluía a associação de abordagens formais e informais para educar os pobres e oprimidos.⁴⁶ A contribuição do próprio Freire para o desenvolvimento de métodos educativos alternativos e informais, de que é exemplo a sua abordagem à alfabetização de adultos através da conscientização, foi, por conseguinte, adoptada na formulação de um programa de reforma curricular nas escolas básicas formais sob a jurisdição do governo municipal. É a criação, por parte da administração do PT, do Projecto Interdisciplinar, como parte do seu esforço mais lato de criar um *Movimento para a Reorientação do Currículo*, que constitui o *focus* central de incidência deste livro. O próximo capítulo, porém, dará uma perspectiva mais alargada das bases teóricas que utilizamos para analisar as políticas e características do estado socialista democrático do PT.

Posfácio: o projecto neoliberal

É importante notar, no seguimento da discussão anterior acerca da política educativa progressista no Brasil e do papel do Estado Popular no desenvolvimento de propostas socialistas como as que constam da administração do PT das escolas públicas sob a orientação de Paulo Freire, qual tem sido a reacção neoliberal a estas e outras propostas educativas da esquerda. Isto tem uma importância especial para o projecto do PT, devido ao facto da administração PDS, que ganhou as eleições municipais de 1992 em São Paulo, ter introduzido nas escolas municipais o seu próprio projecto, chamado *Controle de Qualidade Total* (CQT). A proposta de CQT baseia-se em modelos japoneses de gestão de empresas, e é atribuído às contribuições dos norte-americanos Edward Deming (que desenvolveu o método administrativo de Deming quando trabalhou com os japoneses nos anos 50) e William Glasser (que aplicou as propostas de gestão de Deming para controle de qualidade a uma organização mais eficiente e eficaz das escolas nos Estados Unidos).⁴⁷

Embora o CQT fosse apresentado com um grau de ímpeto e organização significativamente menor do que os esforços políticos da anterior administração PT, a sua articulação como base da gestão PDS para a orientação das suas políticas levou a um confronto crítico contra o CQT por parte dos educadores que, no interior do sistema escolar municipal, estavam alinhados com o PT e os princípios político-pedagógicos subjacentes ao Projecto Inter. A existência de uma posição de antagonismo